



SindBancários
PETRÓPOLIS/RJ

Dia a Dia

www.sindbancariospetropolis.com.br



CUT BRASIL

CONTRAF

Informativo Diário do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários e no Ramo Financeiro dos Municípios de Petrópolis e São José do Vale do Rio Preto

Telefax: (24) 2242.0673 | 2231.2281

/SindBancariosPetropolis

sindbancariospetropolis@gmail.com

Ano XIV nº 4471 – 09 de novembro de 2012

Banco do Brasil tem queda no lucro do 3º trimestre

O maior banco do país divulgou ontem, dia 08/11, que obteve lucro líquido de 2,728 bilhões de reais nos três meses encerrados em setembro. O resultado também ficou abaixo dos 3,01 bilhões de reais registrados no segundo trimestre.

Em termos recorrentes, o lucro somou 2,657 bilhões de reais, alta de 3,3% sobre o terceiro trimestre de 2011, em linha com os 2,636 bilhões de reais esperados por analistas.

A instituição apurou uma receita de intermediação financeira 17% menor no trimestre na comparação anual, de 25,08 bilhões de reais, em meio aos esforços do Governo para forçar redução de juros do sistema financeiro brasileiro e aumento do crédito, em uma estratégia liderada pelo BB e pela Caixa. O resultado do Banco do Brasil foi divulgado após Itaú Unibanco e Bradesco anunciarem lucros recorrentes praticamente dentro do esperado pelo mercado em outubro.

O BB registrou provisão para perdas com crédito de 3,76 bilhões de reais no terceiro trimestre, aumento de 15,5% sobre um ano antes e de 2,4% em relação os três meses encerrados em junho. O volume de provisões ficou acima das expectativas do banco para o período, de entre 3,5 bilhões a 3,7 bilhões de reais.

Segundo o BB, o desvio ocorreu por conta de volume acima do esperado de provisões na carteira de empréstimos de veículos do Banco Votorantim, detido em cerca de 50% pela instituição estatal e que registrou prejuízo de 497 milhões de reais no terceiro trimestre, após perda de 85 milhões um ano antes e de 536 milhões entre abril e junho.

Bancos querem restrições à portabilidade do crédito

Os grandes bancos querem que o Governo estabeleça regras para restringir a portabilidade do crédito imobiliário no País, mecanismo que permite ao consumidor transferir a dívida de uma instituição financeira para outra sem pagar novamente as taxas de empréstimos. No início desse ano, uma lei reduziu os custos de cartório dessas operações, que já poderiam ter saído do papel.

O secretário-executivo adjunto do Ministério da Fazenda, Dyogo de Oliveira, disse na quarta-feira, dia 07/11, que os bancos desejam que o Governo crie uma regra que evite concorrência "predatória", que prejudique as grandes instituições que originam o crédito. O chefe do Departamento de Normas do Banco Central (BC), Sérgio Odilon dos Anjos, disse que a portabilidade do crédito não pode se tornar um mecanismo "autofágico e destrutivo" para o sistema financeiro. Afirmou, no entanto, que a portabilidade é o melhor instrumento possível para uma melhor formação de preços no crédito.

A preocupação atual do BC é que os clientes devem estar atentos aos demais custos que terão no banco para o qual estão transferindo suas dívidas, que podem cobrar tarifas mais caras ou oferecer investimentos com rendimento final mais baixo. Hoje, a portabilidade se dá, principalmente, no crédito com desconto em folha de pagamento. O banco que pode ser mais afetado pela portabilidade imobiliária é a Caixa Econômica Federal.

O governo prepara ainda uma série de medidas na área de crédito. Uma delas é a criação de um sistema de registro de garantias de imóveis semelhante ao que existe para veículos (Gravame). A Fazenda informou que está praticamente pronto projeto que regulamenta o funcionamento das empresas de factoring, que passarão a ser reguladas pelo Banco Central. São empresas que, em geral, compram cheques e outros recebíveis, muitas vezes de pequenas empresas sem acesso ao sistema bancário.

Ministério do Trabalho vai pedir digitais para pagar seguro-desemprego

O Ministério do Trabalho vai passar a exigir as digitais dos beneficiários para pagar o seguro-desemprego. O sistema biométrico deve entrar em vigor em até dois anos. A iniciativa pretende evitar crimes como o cometido por quadrilha desarticulada na quinta-feira, dia 08/11, suspeita de causar um prejuízo de R\$ 30 milhões com fraudes no seguro-desemprego, o maior golpe na história do benefício.

Segundo a Polícia Federal, o grupo formado há cinco anos em São Paulo usava documentos falsos para declarar a contratação e demissão de funcionários para pedir o benefício. A investigação concluiu que as empresas envolvidas no esquema e os requerentes do seguro-desemprego também eram falsos. O inquérito policial teve início em outubro do ano passado após a comunicação do Ministério do Trabalho sobre as suspeitas de fraudes. Foram identificadas até o momento 287 companhias envolvidas no esquema. Os investigados responderão pelos crimes de formação de quadrilha, estelionato e lavagem de dinheiro. As penas, somadas, podem chegar a 20 anos de prisão.

Câmara dos Deputados pulveriza royalties do Rio

A covardia contra o Estado do Rio foi perpetuada na noite do último dia 06/11, na Câmara Federal, ao aprovar o Projeto de Lei 2.565/11, de autoria do senador Vital do Rego (PMDB-PA), que redistribui os recursos dos royalties de petróleo entre todos os municípios e estados da federação.

Com 286 votos favoráveis e 124 contrários, a aprovação do projeto agora irá a sanção da Presidente Dilma Rousseff, que pode vetá-lo ou não. De imediato, para o ano de 2013, o Estado do Rio deixa de arrecadar R\$ 1,8 bilhão e os municípios fluminenses outros R\$1,7 bilhão. Até 2020, o estado e municípios fluminenses perderão R\$ 48,8 bilhões em arrecadação com recursos do petróleo.